

O **Direito** na Transição do **Clássico** para o **Contemporâneo**

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2021

O **Direito** na Transição do **Clássico** para o **Contemporâneo**

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O direito na transição do clássico para o contemporâneo

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 O direito na transição do clássico para o contemporâneo / Organizadores Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-770-3

DOI 10.22533/at.ed.703211202

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de (Organizadora). III. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **O DIREITO NA TRANSIÇÃO DO CLÁSSICO PARA O CONTEMPORÂNEO**, coletânea de vinte e três capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam o direito no contexto externo; o direito no contexto nacional; direito penal, criminologia e desafios contemporâneos; o direito e a medicina: diálogos; e filosofia do direito e educação.

O direito no contexto externo traz análises sobre particularidades vivenciadas no Chile e nos Estados Unidos da América.

Em o direito no contexto nacional são verificadas contribuições que versam sobre o *contempt of court*, licitação, imposto sobre valor agregado, ocupação irregular, idoso e superendividamento, meio ambiente e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

Direito penal, criminologia e desafios contemporâneos aborda questões como delação premiada, crime de lavagem de capitais, uso progressivo da força, marginalização de grupos vulneráveis, sistema prisional brasileiro, transposição da sanção penal para as famílias dos detentos e violência contra a mulher.

No quarto momento, o direito e a medicina: diálogo, temos estudos sobre a eutanásia, dignidade da pessoa humana, religião, saúde e medicina legal.

Por fim, em filosofia do direito e educação, há abordagens que tratam de temas como o princípio da separação dos poderes e educação popular.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“LA EXPERIENCIA DE LOS TRIBUNALES DE CHILE BAJO LA LEY DE TRAMITACIÓN ELECTRÓNICA DE LOS PROCEDIMIENTOS CIVILES”

Gerardo Bernales Rojas

DOI 10.22533/at.ed.7032112021

CAPÍTULO 2..... 13

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA NOVAS MODALIDADES CRIMINOSAS: UMA ANÁLISE DO CYBERATQUE HAVIDO NA GEÓRGIA

Mateus Catalani Pirani

Maria Beatriz Espinoza Miranda

DOI 10.22533/at.ed.7032112022

CAPÍTULO 3..... 25

APLICABILIDADE E EFETIVIDADE DO ‘CONTEMPT OF COURT’ NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Janice Coelho Derze

Rogério Mollica

DOI 10.22533/at.ed.7032112023

CAPÍTULO 4..... 32

O INSTITUTO DO CREDENCIAMENTO COMO FORMA DE INEXIGIBILIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, SOB A LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL DA LEGALIDADE

Bruno Pastori Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.7032112024

CAPÍTULO 5..... 44

A INSTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO NO BRASIL: UMA PROPOSTA CONSTITUCIONAL?

Ana Luísa Sevegnani

Luiza Miranda Heinisch

DOI 10.22533/at.ed.7032112025

CAPÍTULO 6..... 61

EXPULSÃO, REMOÇÃO E FIXAÇÃO: OS TRÊS MOMENTOS DA VISÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR PARA O PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO E O EXEMPLO DO DISTRITO FEDERAL

Letícia Pacheco dos Passos Claro

Patrícia Pereira Alves da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7032112026

CAPÍTULO 7..... 79

O IDOSO DIANTE DO PROBLEMA DO SUPERENDIVIDAMENTO: PROJETO DE LEI Nº 3515/2015 E AS AÇÕES DO BALCÃO DO CONSUMIDOR DE SANTA ROSA, RS

Maria Aparecida Kowalski

Fernanda Serrer

DOI 10.22533/at.ed.7032112027

CAPÍTULO 8..... 92

CRIME AMBIENTAL: DEVER DE RAPARAÇÃO DO DANO CAUSADO

Jaime Lisandro Martini

DOI 10.22533/at.ed.7032112028

CAPÍTULO 9..... 105

COMENTÁRIOS AO DECRETO Nº 10.468/2020

Viviane Lemes da Rosa

DOI 10.22533/at.ed.7032112029

CAPÍTULO 10..... 125

DELAÇÃO PREMIADA ANTE O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Jéssica Mapeli dos Anjos

Renan Posella Mandarin

DOI 10.22533/at.ed.70321120210

CAPÍTULO 11 138

CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAIS: UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE TÉCNICAS E MECANISMOS DE PREVENÇÃO

Helene Mitsue Komori

William Akira Tanaka

DOI 10.22533/at.ed.70321120211

CAPÍTULO 12..... 150

O USO PROGRESSIVO DA FORÇA EM ABORDAGENS REALIZADAS POR PRAÇAS, CASTANHAL/PARÁ

Jess Elly Lima de Lima

Reinaldo Eduardo da Silva Sales

DOI 10.22533/at.ed.70321120212

CAPÍTULO 13..... 164

CRIMINOLOGIA CRÍTICA E A MARGINALIZAÇÃO DA CULTURA DE GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

Luis Felipe Dupim Viotto

DOI 10.22533/at.ed.70321120213

CAPÍTULO 14..... 177

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E O EFEITO TANATOLÓGICO DE UMA MÁQUINA DE PRODUÇÃO DE MORTES

Cleber Freitas do Prado

DOI 10.22533/at.ed.70321120214

CAPÍTULO 15..... 188

PRISÃO EMOCIONAL: TRANSPOSIÇÃO DA SANÇÃO PENAL PARA FAMÍLIAS DE DETENTOS, QUANDO DA NEGLIGÊNCIA DO DIREITO À MANUTENÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR, NO CASO DE FAMÍLIAS INTERIORANAS E DE BAIXA RENDA

Gabriel Ricardo de Albuquerque Melo
Heloísa Gonçalves Medeiros de Oliveira Lima
Heloísa Silva Alves

DOI 10.22533/at.ed.70321120215

CAPÍTULO 16..... 205

OS DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE DAS INSTITUIÇÕES NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, JOÃO PESSOA-PB

Karoliny Dedice Pereira Alves
Emanuel Luiz Pereira da Silva
Marinalva de Sousa Conserva
Almira Almeida Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.70321120216

CAPÍTULO 17..... 222

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO AMBIENTE DE TRABALHO E O PAPEL DA GESTÃO: UM ESTUDO SOBRE TRABALHADORAS CARIOCAS

Viviane Mello de Oliveira Spena
Camila de Carvalho Ouro Guimarães
Diana Rebello Neves

DOI 10.22533/at.ed.70321120217

CAPÍTULO 18..... 242

A EUTANÁSIA SOB O PRISMA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Wallace Jamelli Vidal Alencar
Renna Franca Araújo de Lucena

DOI 10.22533/at.ed.70321120218

CAPÍTULO 19..... 247

O MÉDICO DIANTE DA OBJEÇÃO RELIGIOSA EM CASO DE RECUSA À TRANSFUÇÃO DE SANGUE EM PACIENTE ADULTO INCONSCIENTE OU INCAPAZ

Marco Augusto Ghisi Machado
Regiane Nistler

DOI 10.22533/at.ed.70321120219

CAPÍTULO 20..... 262

AS PRÁTICAS RELIGIOSAS E A INFLUÊNCIA DA ESPIRITUALIDADE NA REABILITAÇÃO DE DROGADITOS

Saulo Duarte Lima Ribeiro
Karla Muniz Barreto Oton

DOI 10.22533/at.ed.70321120220

CAPÍTULO 21	275
“DESCOBRIR” A VERDADE: A MEDICINA LEGAL NOS CRIMES SEXUAIS	
Marcelo Douglas Nascimento Ribas Filho	
Hélio Sochodolak	
DOI 10.22533/at.ed.70321120221	
CAPÍTULO 22	290
UMA LEITURA DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES DE MONTESQUIEU SOB A ÓTICA DO POSITIVISMO NORMATIVO DE HANS Kelsen	
Júlia Farah Scholz	
DOI 10.22533/at.ed.70321120222	
CAPÍTULO 23	306
INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EMERGENTES DOS MOVIMENTOS POPULARES	
Ana Célia Silva Menezes	
Orlandil de Lima Moreira	
Maria Margareth de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.70321120223	
SOBRE OS ORGANIZADORES	320
ÍNDICE REMISSIVO	321

OS DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE DAS INSTITUIÇÕES NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, JOÃO PESSOA-PB

Data de aceite: 04/02/2021

Karoliny Dedice Pereira Alves

Universidade Federal da Paraíba.
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais da Universidade Federal da Paraíba - NEPPS/UFPB.

Emanuel Luiz Pereira da Silva

Universidade Federal da Paraíba – DSS/PPGSS/UFPB.
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais da Universidade Federal da Paraíba - NEPPS/UFPB.

Marinalva de Sousa Conserva

Universidade Federal da Paraíba – DSS/PPGSS/UFPB. Pesquisadora e líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais da Universidade Federal da Paraíba - NEPPS/UFPB.

Almira Almeida Cavalcante

Universidade Federal da Paraíba – DSS//UFPB. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais da Universidade Federal da Paraíba - NEPPS/UFPB.

RESUMO: Este trabalho versa discutir sobre o atendimento às mulheres vítima de violência e propõe contextualizar o Centro de Referência de Assistência Social na perspectiva do serviço social crítico, analisando a materialização da intersectorialidade e sua importância para

a efetivação dos direitos sociais dos que são atendidos nesse centro, especialmente as mulheres usuárias vítimas de violência. Conforme a Topografia Social (2009), o município apresenta 65 unidades territoriais com as quais se identifica a população local. O “chão” de João Pessoa é organizado por lei municipal em 59 bairros e 6 regiões especiais, sendo ela a terceira cidade mais antiga do Brasil. Com fins de olhar a realidade do território de vivenciar das mulheres vítimas de violência usuárias do Cras, optamos academicamente em realizar um estudo bibliográfico e documental para a análise da lógica das ações de intersectorialidade que envolveu a coleta de dados e a percepção do cotidiano dessas mulheres, utilizando a pesquisa e a vivência como estagiária do Cras no bairro do Cristo/JP. Concluímos a partir das análises e experiências vividas, que o Cras exerce papel fundamental na vida dessas mulheres, em razão de que além do atendimento imediato e encaminhamento para os serviços necessários, a equipe multiprofissional a partir do território que se encontra deve buscar conhecer as particularidades e necessidades básicas apresentadas pelas vítimas e suas famílias, a exemplo de alimentação, moradia, vagas em creches para os filhos, entre outras.

PALAVRAS - CHAVE: Intersetorialidade. Violência. Proteção Social.

ABSTRACT: This paper discusses the assistance to women victims of violence and proposes to contextualize the Reference Center for Social Assistance in the perspective of critical social service, analyzing the materialization of

intersectoriality and its importance for the realization of the social rights of those who are served in this center, especially female users who are victims of violence. According to Social Topography (2009), the municipality has 65 territorial units with which the local population is identified. João Pessoa “ground” is organized by municipal law in 59 neighborhoods and 6 special regions, making it the third oldest city in Brazil. In order to look at the reality of the territory of experiencing women victims of violence who use Cras, we have chosen academically to carry out a bibliographic and documentary study for the analysis of the logic of the intersectoral actions that involved the collection of data and the perception of these women’s daily lives. , using research and experience as a trainee at Cras in the neighborhood of Cristo / JP. We concluded from the analyzes and lived experiences, that Cras plays a fundamental role in the lives of these women, because in addition to the immediate assistance and referral to the necessary services, the multiprofessional team from the territory they are in must seek to know the particularities and basic needs presented by victims and their families, such as food, housing, childcare places for children, among others.

KEYWORDS: Intersectoriality. Violence. Social Protection.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto do trabalho de conclusão de curso em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba, estando como estagiária no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS), a partir de muitas reflexões coletivas e debates acerca da temática da violência contra mulher, optamos academicamente em contextualizar o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) na perspectiva do serviço social crítico, analisando a materialização da intersectorialidade e sua importância para a efetivação dos direitos sociais dos que são atendidos nesse centro, especialmente as mulheres usuárias vítimas de violência.

O Cras, unidade pública estatal da política de assistência social, é responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF, e tem por objetivos prevenir as ocorrências de vulnerabilidade e riscos sociais por meio de oferta de serviços e programas voltados a esta área; desenvolver potencialidades do usuário da instituição; fortalecer os vínculos familiares e comunitários; dar viabilidade e acessibilidade aos direitos dos usuários.

Sendo assim, o Cras é a porta de entrada para a política de assistência social, mas também tem a possibilidade de interligar as demais políticas sociais da seguridade social. Diante disso, a instituição recebe usuários com diversas demandas que são oriundas e materializadas como expressões da questão social, no fazer profissional, dentre elas *inputs*¹ advindas de mulheres e transgêneros que foram vítimas de violência.

As demandas são apresentadas de forma inicial no plano econômico (vulnerabilidade

1 De acordo como Rua (1998, p.3), “os *inputs* e os *withinputs* podem expressar demandas e suporte. As demandas podem ser, por exemplo, reivindicações de bens e serviços, como saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, normas de higiene e controle de produtos alimentícios, previdência social etc”.

social), que chegam como *inputs* para os profissionais do Serviço Social, gerando a necessidade de uma instrumentalidade que ative as dimensões teórico-metodológicas, Técnico-operativas e ético-políticas, possibilitando uma mediação para o trabalho com as vítimas de violência que venha a garantir o seu acesso aos direitos sociais e de cidadania.

Através das experiências vividas no Cras do Cristo em João Pessoa, nos atendimentos às mulheres vítimas de violência, o que me fez refletir sobre uma pergunta contida na ficha de atendimento diário, que nem todas as usuárias se sentem seguras para declarar: “Você já foi vítima de violência?”. Assim, poucas mulheres conseguem se expressar, porém, a questão é: E quando elas declaram, qual o apoio oferecido? Existe uma rede de proteção efetiva? Quando há encaminhamento, qual a forma de acompanhamento dessas mulheres? As unidades realizam a contrarreferência ao Cras sobre a situação dessa usuária? O processo de intersetorialidade é ativo?

Temos como pressuposto: numa sociedade em que as mulheres lutam para quebrar barreiras e preconceitos de gênero e que não faz muito tempo que passou a ser independente, dona de si, de seus negócios e profissões, ainda há embates e pressão social, ou estão sujeitas a submissão, seja em um cargo numa empresa em que ganha uma remuneração abaixo a dos homens que exercem as mesmas funções na esfera da produção e reprodução do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2005).

As mulheres em vulnerabilidade social, usuárias do Cras, necessitam ser ouvidas e acolhidas em sua situação ou demanda. Por isso, necessitam que seus direitos sejam efetivados e não corram o risco de ser violados. No território de vivência observa-se que essas protagonistas de sua própria história apresentam suas vidas marcadas por fragmentações, resistências e lutas contra as desigualdades sociais geradas pelo capitalismo contemporâneo. Em sua lógica, esse sistema reduz cada vez mais os espaços para tais indivíduos, e fragmentam o atendimento nas instituições para essas mulheres.

Sabe-se que o Cras não é a unidade que atende diretamente as questões de violência contra mulher, mas é um local frequentado por muitas delas, no qual serve de apoio para encaminhá-las, pois é uma unidade pública da política de assistência social que compõe a rede de atendimento inserida na seguridade social.

Com fins de olhar a realidade do território de vivência das mulheres vítimas de violência usuárias do Cras, direcionamos a pesquisa no intuito de realizar um estudo bibliográfico e documental para análise da lógica das ações de intersetorialidade que envolveu a coleta de dados e a percepção do cotidiano dessas mulheres utilizando a pesquisa e a vivência como estagiária do Cras no bairro do Cristo/JP. Diante da observação dos atendimentos, fichas de atendimento diário e relatório mensal da unidade feito por sua equipe técnica, planejamos a nossa reflexão apresentada neste trabalho.

Este estudo teve a observação como importante instrumento, “elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível

no processo de pesquisa”. (GIL, 1999, p. 110).

No âmbito do Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório em Serviço Social, o contato com os usuários e a escuta de suas necessidades e demandas nos provocou profundamente. As situações apresentadas pelos usuários exigem dos profissionais um olhar sensibilizado sob tais questões e como eles se estruturam na dinâmica da sociedade. A partir disso, o profissional verifica o que deve ser feito para o enfrentamento (ou solução) de tais problemáticas. Esse contato presenciado também serviu para o embasamento da pesquisa, pois para um entendimento completo é necessário se permitir para tornar possível a análise do fenômeno com toda a sua riqueza, contradições, em um movimento dialético que proporcione uma leitura do real em sua totalidade.

Os dados foram colhidos a partir das técnicas de observação, em uma abordagem qualitativa, que abarcou tanto as expressões do âmbito social quanto a materialização dos dados coletados em números, expressos através da pesquisa no relatório mensal da unidade.

TRAJETÓRIA E CONQUISTAS SOCIAIS: A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA POR PROTEÇÃO SOCIAL

Sabemos que na conjuntura brasileira as políticas sociais são alvo de disputa da luta de classe e que elas consistem em uma relação densa e tensa. Como fruto dessas conquistas, estão as políticas sociais, um conjunto de ações com objetivo para o enfrentamento das desigualdades sociais advindas do sistema capitalista. Conforme diz Demo (2006, p. 14), “Política social pode ser contextualizada, de partida, do ponto de vista do Estado, como uma proposta planejada para o enfrentamento da desigualdade social, por trás da política social existe a questão social, [...]”.

Sendo assim, as políticas sociais surgiram no contexto de crise do capital, com controle e ação do Estado sobre as necessidades básicas e demandas daqueles que se sentiam insatisfeitos com o sistema capitalista de produção. Diante disso, tem-se a proteção social que está atrelada à assistência social, por meio de ações e programas que visem ao enfrentamento das desigualdades e à vulnerabilidade social.

Um marco importante para as conquistas sociais e aos direitos ocorre com a constituição de 1988, que traz em seu escopo direitos sociais, de cidadania e do trabalho, e entre elas o objetivo de organizar como nova política da seguridade social a assistência social, bem como em seus artigos 203 e 204, que foram regulamentados em 1993, através da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, nº 8. 742. Essa lei veio quebrar com antigas ideias fragmentadoras sobre a política, antes vista como caridade, religião e ações pontuais, ao passar para a esfera do direito, a ser reconhecida como política pública e direito do cidadão, para quem dela necessitar. Sendo resultantes das lutas do trabalho, as políticas de proteção social compõem o tripé da seguridade social: Previdência, Saúde e

Assistência. Assim, o cidadão contribui ou não.

Em reflexão lúcida e crítica, Silva, Wanderley e Conserva (2014) afirmam que historicamente, em especial a partir da Constituição de 1988, ocorreram profundas mudanças na proteção social com a inclusão da assistência social como política de direitos na seguridade social. Essa foi uma decisão plenamente inovadora.

Primeiro, por tratar a assistência social como política pública, de responsabilidade estatal, e não como ações e atendimentos pontuais e eventuais. Segundo, por desnaturalizar o princípio da subsidiariedade, pelo qual a ação da família e da sociedade antecedia à do Estado.

Os referidos autores planificam que a inclusão da assistência social significou, portanto, a ampliação no campo dos direitos humanos e sociais e, como consequência, introduziu a exigência da assistência social como política, capaz de formular com objetividade o conteúdo dos direitos socioassistenciais do cidadão em seu raio de ação, tarefa, aliás, que ainda permanece em construção (SPOSATI, 2009).

Sobre a necessidade de organização da política de assistência social em direcionar e orientar o acesso, tem-se a LOAS (lei orgânica de assistência social) aprovada em 1993 no governo de Itamar Franco. Como sabe-se, nela tem expressos os objetivos e as definições, princípios e diretrizes, organização e gestão dos benefícios, serviços, programas e projetos voltados à Assistência Social, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada - BPC. Assim como estes, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que tem seu marco em 2005, possui o princípio descentralizador e participativo, com função direcionada à gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira.

IMPLICAÇÕES E NATURALIZAÇÃO: CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Para uma articulação entre os setores que abarcam a assistência e proteção social é necessário da interação e trabalho multidisciplinar dos profissionais do serviço social e de seu conhecimento prévio, por exemplo, através da realização de um encaminhamento efetivo para uma usuária vítima de violência que necessita de tais setores interligados.

Para chegar à questão do atendimento ao gênero (feminino) e suas demandas no Cras, faz-se necessária uma análise sobre suas vivências, transformações e embates no que tange à vida da mulher, fazer uma breve análise sobre as percepções que há em torno do gênero feminino, suas contradições, resistência e luta, em especial ao atendimento à mulher vítima de violência, uma das questões analisadas nesta pesquisa.

Partiremos do pressuposto que para tratar da questão da mulher e do transgênero é indispensável perpassar sobre suas vivências desde os séculos passados, ou seja, refletir sobre o cotidiano. Segundo Costa (1979, p. 260), quando a mulher era vista apenas para procriar, cuidar do lar e do marido,

Do ponto de vista dos higienistas, a independência da mulher não podia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens e ideias que reforçassem a imagem da mulher-mãe. Por isto, sua presença nas catedrais da ciência era intolerável. A mulher intelectual dava mau exemplo às outras mulheres.

Por séculos, poucas mulheres detinham um suporte para uma educação que lhes viabilizasse um aprendizado à leitura; eram as filhas de pais ricos que conseguiam apenas esse pequeno “avanço” da época. A mulher era vista como um bem do marido, em que ele, como elemento dominante da relação, na situação imposta pela sociedade patriarcal, agia constantemente no intuito de submer as mulheres de seu convívio e às demais, às suas vontades.

Segundo Umansky (1985), a Igreja também disseminava a concepção de que o homem seria o provedor maior, e a mulher deveria ser submissa a ele, pois desde pequena era ensinada a cuidar do lar e dos filhos, cozinhando para seu marido, como se sua única tarefa e habilidades fossem essas.

Comforme cita ainda Umansky (1985, p. 479), “Pensando nas mulheres essencialmente como esposas e mães, eles viam o lar como o domínio natural das mulheres, enquanto sustentavam que a esfera pública da vida religiosa, aquela do estudo e da adoração pública, era o domínio natural dos homens”.

As concepções das décadas passadas sobre o “ser mulher” e seu “dever” em sociedade traz consequências danosas para ela, como a violência, em que o homem, mantém a ideia primitiva e enviesada de que a mulher tende a ser submissa, daí em diante ocorrem vários casos de afronta contra a ela, que perpassam entre a sociedade, sem fazer distinção de cor, religião ou classe.

Para chegarmos aos tempos atuais, faz-se importante citar momentos de avanço e revolução com uma visão feminina e emponderada. A partir do final dos anos 80 para os 90, as mulheres passaram a conhecer os demais problemas advindos de uma sociedade fortemente machista e começaram a reagir, mostrando grande capacidade e atuação no âmbito político-social. De acordo com Sarti (1998, p. 8),

Nos anos 80 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular.

Diante desse cenário, a mulher se vê pressionada para muitas vezes se sobrecarregar de tarefas que necessariamente não lhe compete, daí a necessidade de romper com padrões antes gerados pelo sistema, e trazer mudanças e um olhar que façam a própria

sociedade se permitir a enxergar, para construir caminhos e não disseminar barreiras.

No Brasil, a mobilização das mulheres foi decisiva na conquista do direito ao voto, na participação em cargos políticos, nos avanços da Constituição, na aprovação da Lei Maria da Penha, na criação do Centro de Referência da Mulher, e no projeto de lei que classifica o feminicídio – lei que torna hediondo o crime caracterizado pelo assassinato de mulheres por razões de gênero. Para Pedro e Guedes (2010, p. 8),

A criação da Lei Maria da Penha (11.240/06), possibilitou o esclarecimento perante a definição do que seria violência. Até então, entendia-se por violência, apenas agressões que deixassem marcas visíveis como hematomas ou feridas. Nesta Lei discorre sobre as diversas formas da violência: caráter físico, psicológico, sexual, moral ou patrimonial. É, portanto, uma lei na qual a compreensão da violência refere-se a tudo aquilo que fere a integridade da pessoa.

Porém, a violência ainda existe como um problema a ser enfrentado nos tempos atuais. E segundo Sardenberg (2010),

No Brasil, a passagem da Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, representou um relevante avanço no combate à violência de gênero. A população brasileira conhece e apoia essa legislação. Mas o OBSERVE (Observatório de Implementação da Lei Maria da Penha) – instância autônoma da sociedade civil que acompanha esse processo – tem alertado para as inúmeras dificuldades que se interpõem à aplicação da nova lei, a começar pela resistência do Judiciário em criar os juizados especiais de combate à violência doméstica praticada em mulheres, e exigidos pela Lei Maria da Penha.

Tais avanços alcançaram muitas mulheres sobre o apoio em instituições e leis que asseguram o bem-estar e o direito de escolhas, porém são muitas afetadas diariamente por questões de violência, seja, verbal, moral, psicológica, física e patrimonial. Presente no cotidiano das mulheres, com expressividade nas relações de poder entre o homem e a mulher, os relatos de violência crescem em números alarmantes como uma forma de violação de direitos. Conforme podemos observar no Gráfico 01, que trata dos tipos de violência.

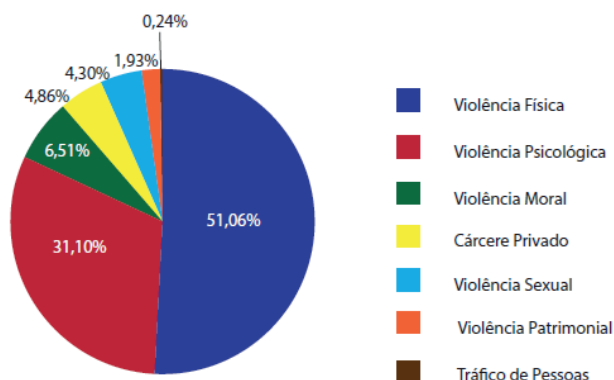


Gráfico 01 - Tipos de Violência

Fonte: Central de Atendimento à Mulher- disk 180/Secretaria de políticas para mulheres. P. 10, Acesso: http://www.spm.gov.br/balanco180_2016-3.pdf

Conforme os dados do gráfico acima, a violência física é a mais cometida contra a vítima, totalizando no percentual de 51,06 por cento; em segundo lugar está a violência psicológica, com 31,10 por cento; depois a violência moral e daí em diante, consecutivamente, as demais formas de violência. É visto que as formas de violência física e psicológicas são as mais frequentes, porém há várias outras formas.

Diante disso, afirmamos que a centralidade deste trabalho é contribuir e dar visibilidade às discussões sobre a imprescindível articulação e intersectorialidade entre as políticas públicas sociais, sendo esta uma das maneiras de acessar e garantir os direitos sociais.

A religião é um dos fortes fatores que refletem silenciosamente nas relações de poder, o que faz apoiar a notória dominação dos homens. Algumas pregações expressam o machismo levemente ou fortemente impregnado nas falas de alguns cristãos, o que implica nas livres decisões de muitas mulheres vítimas de violência nas denúncias tardias, fazendo prolongar as marcas do agressor sobre a vítima.

Portanto, essa visão de ligar a cor rosa especificamente para a mulher, de atribuir a ela somente a sensibilidade, fragilidade, sentimentalidade e também fraqueza, vem de uma construção social e costumes de caráter totalmente desiguais, que refletem na sociedade que temos hoje. Essa fragmentação de pensamentos sobre poder e domínio do ser homem e do ser mulher foram e são rótulos criados pela sociedade, porém, rótulos esses que “o que se coloca também se tira”. Essa realidade pode e deve mudar, quando constata que não está fazendo bem aos indivíduos, sendo um problema social, pois qualquer tipo de violência fere os direitos humanos.

Segundo Pedro e Guedes (2010, p. 3), “As relações de gênero presentes no

patriarcado pressupõem que o órgão sexual determina as funções sociais. Dessa forma, a sociedade constrói uma identidade social, que é construída através dos distintos papéis que são atribuídos a homens e a mulheres”.

Após muitos debates no âmbito dessa problemática e desigualdade social entre os sexos, a palavra gênero começa a ser utilizada por muitos estudos feministas, podendo ser representada através de símbolos, comportamentos e desejos. Essa concepção difere da sexualidade, que traz o viés mais fechado e somente interligado ao sexo – feminino ou masculino – portanto, o mais sensato é a utilização do termo gênero, em respeito à diversidade das pessoas e como ela mesma se considera.

É nas relações de gênero que podemos melhor perceber as relações de poder, que na maioria das vezes têm no homem o agente que pressiona a mulher. Tal condição está nas características de seu comportamento, e que presenciamos desde criança, com fortes tendências à valorização do homem que trabalha fora, ou seja, uma forte valorização do espaço da produção e uma desvalorização do espaço reprodutivo – o lar.

Nessa conjuntura exposta há a promoção da desvalorização das mulheres que têm sua jornada de trabalho muitas vezes quadruplicada, em que o trabalho exercido no âmbito da casa, voltado para o cuidado da família, não é reconhecido pelo gênero masculino. Observa-se apenas em uma pequena concentração de grupos familiares onde o trabalho da casa é dividido entre os gêneros. Portanto, as desigualdades entre homem e mulher são resultantes das ideias disseminadas pelo patriarcado, que delimita espaços sobre os sexos, criando assim rótulos que limitam ou ferem a capacidade de cada um.

Os movimentos e atitudes de resistência contra o machismo se deu por volta da década de 80 para a década de 90, o fenômeno denominado “violência contra a mulher” no Brasil foi criado/denominado em 1970, por meio do movimento feminista que percebeu que a violência estava nos diversos espaços públicos e privados, principalmente nos lares, quando o homem ficava impune por suas ações violentas e justificativas vazias, muitas vezes alegadas em “defesa da honra” (GROSSI, 1998).

Daí em diante, as mulheres passaram a conhecer os demais problemas advindos de uma sociedade fortemente machista, as mobilizações começam a formar corpo e as reivindicações ganham vozes. De acordo com Sarti (1998, p. 8),

Nos anos 80 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular.

O crescimento do movimento feminista revoluciona e tem seus frutos identificados até os dias atuais, ganha cada vez mais voz e representatividade, as mulheres negras da

periferia se reúnem com mulheres da classe média, que puxam outras mulheres. Essa força mobilizadora promove um único sentimento: a luta pela igualdade de gênero.

Dentro dessa força mobilizadora surge o sentimento com vocalização de mulheres de várias etnias, classes sociais, territórios rurais e urbanos, com uma afirmação que ecoa: “– não aceitamos executar uma função e ganhar menos que um homem que desempenham a mesma atividade”. Outra reivindicação da pauta feminina se refere à dominação em: Não ser rotulada pela escolha e uso da roupa; Possuir igualdade nos salários remunerados; Ter voz e vez sem discriminação na categoria política; Livre escolha pela profissão que optar.

Na atualidade, não existe profissão que seja apenas “para homens”, a mulher tem capacidade de desempenhar o que lhe convier. Temos muitos exemplos: caminhoneiras, motoristas de ônibus coletivos nos centros urbanos, engenheiras, pilotas de aeronaves etc.

Diante do cenário exposto, observa-se que as mulheres são pressionadas a demonstrar eficiência, competência e habilidade, com sobrecarga de atividades na esfera da produção e reprodução do trabalho. Diante desse quadro social existe a necessidade de rompimento com os padrões determinados pelo capital nas relações entre o homem e a mulher. As bandeiras de luta vão na maré contrária, exigindo do estado mudanças e um olhar com nova concepção fundadas na igualdade e equidade entre os gêneros, como fundamenta os direitos humanos.

No Brasil, a mobilização das mulheres foi decisiva na conquista do direito ao voto, na participação em cargos políticos, nos avanços da Constituição, na aprovação da Lei Maria da Penha, no Centro de Referência da Mulher, e no projeto de lei que classifica o feminicídio² – lei que torna hediondo o crime caracterizado pelo assassinato de mulheres por razões de gênero, apenas pelo simples fato de ela ser mulher.

Ainda com os perceptíveis avanços, há muito o que melhorar, pois os números de agressões denunciadas não diminuíram, pelo contrário, de 2016 para 2018 as estatísticas – segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – são alarmantes e os números elevados. Esses fatores se explicam pela resistência que parte machista da sociedade mantém com pensamentos retrógrados, uma vez ou outra escutam-se frases machistas sendo reproduzidas pelas próprias mulheres, e às vezes elas próprias se martirizam, por discursos da sociedade que culpabilizam a mulher grande parte das vezes quando se trata de comportamento dos filhos ou por algum problema no casamento ou com o marido.

São frases machistas que escutamos diariamente, “vai sair com saia curta? Ta pedindo para acontecer”, “o marido foi embora, culpa dela que não segurou”, “cortou o cabelo? Homem não gosta de cabelo curto”, “seu namorado aprova você sair com essa roupa?” Escutamos diariamente essas e outras frases, e às vezes nem nos damos conta do quanto a reprodução de comportamentos machistas se põe facilmente aos nossos redores,

² O feminicídio é o crime de assassinato de uma mulher cuja motivação envolve o fato de a vítima ser mulher. Isso não quer dizer que todo o assassinato de uma mulher seja um feminicídio, mas que todo assassinato de mulher que se justifica pelo fato de a vítima ser mulher o é. Disponível em: <https://direitosbrasil.com/lei-femicidio-o-que-e-e-qual-importancia/>. Acesso em: 25 out. 2018.

se não nos policiarmos até nós mesmos reproduziremos tais discursos.

Esses discursos são combustíveis para os machistas e violentos de plantão, que pensam que as coisas se resolvem por forças braçais, ou pressões psicológicas, e a cada dia vemos os noticiários ou escutamos falar de conhecidos retratando a cena de alguma violência ou homicídio contra a mulher.

É preciso resistência, educação e apoio do Estado para progredir nas ações, é necessário politizar essas pessoas sobre a conjuntura vivida e as sequelas que o machismo pode causar, e, por vez, fazer valer o que está expresso na Constituição de 1988, o direito de ir e vir, a liberdade, e a dignidade da pessoa humana.

Diante de tantas atrocidades, a resistência da mulher faz-se presente e é muito importante para uma mobilização contínua de todos, independentemente de classe, religião, cor ou raça.

É notório que ao longo de toda trajetória, as feministas realizaram muito dos objetivos pautados, que foram avanços e conquistas, e vem a cada dia conquistando novos espaços, com autonomia e apoio, tanto de novas mulheres, quanto de outras pessoas que aderem a causa, tudo por um basta ao preconceito e as desigualdades sociais entre os gêneros.

Esta superação encontra-se no lócus do “trabalho cotidiano”, seja na casa ou na rua, a sociedade tem rotulado as mulheres e homens em suas relações sociais, limitando-os entre suas jornadas de vida e no social, o movimento das mulheres foca no enfrentamento dessas atitudes que impedem a sociedade de caminhar em frente em busca da igualdade entre os gêneros no âmbito econômico, social e cultural.

Como o resultado dessas lutas das mulheres, foram criados vários grupos de apoio, e enfrentamento dessa causa, com serviços de atendimento, como também luta e mobilizações por políticas públicas voltadas para as mulheres.

Podemos ver nas palavras de Araújo (2008, p. 1),

Resultaram dessa luta a criação dos SOS Mulher e demais Serviços de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência, em geral vinculados a organizações não governamentais criadas por militantes feministas envolvidas na luta por políticas públicas voltadas para a mulher. Desses processos surgiram também o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, os Conselhos Estaduais e Municipais da Condição Feminina e as Delegacias de Defesa da Mulher, conquistas importantes no combate à violência contra a mulher.

Diante disso, com as mobilizações e reivindicações que trazem visibilidade à problemática social (violência contra a mulher), o Estado passa a desenvolver ações destinadas a tal fim. Oferece suporte através da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres, que segundo a Prefeitura de João Pessoa, a política pública para mulheres se torna

papel fundamental contribuir para a promoção da equidade de gênero, por meio da implementação de políticas públicas que efetivem os direitos

humanos das mulheres e elevem sua cidadania, superando as situações de desigualdades vivenciadas pela mulher na sociedade. (PMJP, 2018).

Segundo as informações do site da Prefeitura de João Pessoa, dentre outros apoios destinados às mulheres, estão: o Centro de Referência da Mulher, a Delegacia da Mulher, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, entre outros. Dois dos centros mais conhecidos pela maioria das mulheres em João Pessoa-PB é o Centro de Referência da Mulher e a Casa Abrigo Aryane Thaís, no qual o nome já descrevi o espaço, sendo uma casa abrigo para mulheres vítimas de violência, que denunciaram o agressor, mas correm risco de vida; o endereço do abrigo é sigiloso, e a mulher pode abrigar-se também com seu filho se este for menor. O tempo estimado é de até seis meses na Casa.

O Centro de Referência da Mulher³ (CRM), atualmente localizado na Rua Afonso Campos, 111, Centro, João Pessoa, compõe uma equipe multiprofissional, com advogada, psicóloga, assistente social, arte educadora, terapeuta holística. As atividades desenvolvidas têm seu ponto de partida com o acolhimento e a escuta em suas necessidades. No Centro desenvolve-se um trabalho para a elevação do autoestima da mulher e o empoderamento feminino, assim como trabalhar os traumas consequentes de violências e agressões, contando com toda a rede de apoio e ação intersetorial com diversas políticas para acolhê-las, orientá-las e encaminhá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido acerca do atendimento às usuárias do Cras vítimas de violência e a articulação entre as redes de proteção social sobre o encaminhamento, busca dar visibilidade à problemática, uma vez que por não haver contrarreferência dos encaminhamentos entre as instituições, não há possibilidade de uma cobertura efetiva da proteção social e da política de assistência social.

Os profissionais do Cras que realizam o encaminhamento das usuárias vítimas de violência via Creas ou CRM, declararam que nunca obtiveram retorno dessas instituições, em se tratando das usuárias encaminhadas. Diante disso, os profissionais não têm ciência se as usuárias chegam de fato às referidas instituições de destino dos encaminhamentos, que dentro dessas especificidades apresentam adequação para a sua receptividade.

Esse contexto acaba por tornar o atendimento fragmentado, valendo salientar que a busca das usuárias já se configura em uma intencionalidade de solucionar a demandada, problema trazido enquanto detetores dos direitos sociais e cidadãos. Pois elas depositam todo seu anseio e vulnerabilidade na confiança de um atendimento que lhes traga cobertura e confiança no profissional que a atende.

Pontuamos em nossa reflexão a importância da articulação entre as redes, tendo a intersetorialidade como pressuposto para efetivação da política social de assistência social.

³ Iremos adotar em todo texto a sigla CRM – Centro de Referência da Mulher do município de João Pessoa - PB

Sabemos que há uma equipe multiprofissional exatamente para viabilizar um atendimento completo, que seja conseqüentemente intersetorial, mas na realidade é visto que essa prática não se desenvolve ao se tratar do encaminhamento das vítimas de violência, não se vê materializada e integralizada a articulação entre as próprias instituições e conseqüentemente das políticas que retroalimentam o fazer profissional nessas unidades de proteção social.

No momento que nós do Serviço Social nos colocamos no atendimento das necessidades humanas, como bem destaca a Prof^a Dr^a Potyara Pereira, da UnB, devemos desenvolver umas práxis reflexiva que desenvolva as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-política. Portanto, a intersetorialidade insere-se na intervenção profissional, que por sua vez integra saberes e experiências, desenvolvendo assim uma ação transformadora.

A temática ganhou sentido ao longo das experiências e vivências no Cras-Cristo-JP, local de Estágio Curricular Obrigatório I e II, em que desenvolvi estas reflexões e questionamentos diante da realidade vivenciada, estudos e leituras. A perspectiva do Serviço Social crítico, provocou-me a encontrar uma forma de dar visibilidade a essa problemática que envolve o atendimento, no Cras, às vítimas de violência, por ser a porta de entrada da Política de Assistência Social. O atendimento acomodado e reduzido apresenta-se (des) articulado das redes que desenvolvem a mesma política social, que deveriam acolher e prevenir riscos.

O trabalho trouxe a oportunidade de lembrar a trajetória da assistência social, antes concebida como caridade e filantropia, e após a constituição reconhecida no rol dos direitos sociais como políticas públicas de direitos. É importante reconhecer os avanços que tivemos, porém manter-se alerta. Na conjuntura atual, faz-se necessário, primeiramente, estarmos vigilantes em nossas práticas profissionais, para não cair na perspectiva antiga do Serviço Social tradicional e tecnicista que culpabilizava o indivíduo, mas sim reafirmar as práticas profissionais baseadas no projeto ético político da profissão em prol da integralização do indivíduo na sociedade e garantir a emancipação humana.

Na Constituição de 1988 tivemos um marco na Assistência Social, pois ela passa a ser política pública para quem dela necessitar, e compõe o tripé da seguridade social juntamente com a saúde e previdência social. Daí em diante os olhares da gestão se ampliaram e instituíram a PNAS, LOAS para gerir e regulamentar a política de proteção social, assim como também foi definida a proteção social em dois níveis.

Atualmente temos dois níveis de proteção social. A primeira dimensão, proteção social básica, composta por pessoas em vulnerabilidade social, com risco de rompimento de vínculo familiar, e/ou necessidades dos serviços, benefícios e programas socioassistenciais, é onde se caracteriza o Cras, unidade abordada neste trabalho.

E por segunda dimensão, proteção social de média e alta complexidade, estão os casos complexos de violações de direitos, negligências, abandono, violência e situação de

desabrigo, e sua unidade é o Creas.

O Cras, porta de entrada para a política de assistência social, programas e benefícios socioassistenciais, sendo uma unidade pública estatal, desenvolve fortalecimento de vínculos familiares, trabalha a autonomia das pessoas, e oferece programas e benefícios da assistência, entre seu instrumental ou ação profissional, e a execussão dessa política ocorre de forma mínima em que os profissionais realizam verdadeiras acrobacia para possibilitar o acesso das mulheres e outros cidadãos aos serviço prestados por essa unidade de proteção social.

As vítimas de violência passam por um encaminhamento, que é a única coisa realizada no Cras que não existe uma contrarreferência. Verifica-se que apenas o encaminhamento não garante cobertura total de atendimento para a resolução dos problemas da usuária, faz-se necessária a articulação entre as redes, valendo pontuar que são unidades da mesma política social, “assistência social”, que porém ficam imersas em uma acomodada desarticulação entre si, enquanto redes de proteção, ocasionando assim uma (des)proteção social.

Principalmente à mulher vítima de violência, que traz seus embates da vida cotidiana marcada em suas questões pessoais com tantas negligências e problemas de diversas ordens que se acumulam dentro de si, especificamente essas pessoas vítimas da violência, situação complexa que requer uma equipe multiprofissional no acolhimento e no desenvolvimentos das demais etapas do atendimento.

Porem, é visto que ainda na modernidade, após tantas transformações que ocorreram até agora, alguns profissionais não entram a fundo no trato do enfrentamento da violência contra a mulher. Esse enfrentamento deverá se dar em todos os campos de atuação profissional, e nas mais diversas áreas do conhecimento. O trato de combate as formas de violência deve ser a partir no seio das famílias, escolas, na comunidade, enfim, em todos os espaços de sociabilidade.

Uma outra problematica identificada encontra-se na dimensão pedagogica da intervenção profissional do assistente social, muitas vez os profissionais não promovem a viabilização de acesso a informações para politizar essas mulheres sobre a definição de tal violência e suas diversas formas de manifestações, muitas vezes tal realidade passa a ser despercebida, como uma espécie de “vista grossa” de alguns profissionais. Essa realidade, contribuindo negativamente para que este assunto mantenha-se no rol do tabu, acabando por naturalizar a violência, e de tanto tratar o problema como algo corriqueiro, a sociedade termina colaborando negativamente para a camuflagem do ato de violência.

O assunto é uma problemática social, e também entrou no rol da saúde pública, uma vez que afeta o físico e/ou psicológico do indivíduo. Faz-se contrário à liberdade e dignidade da pessoa humana qualquer tipo de violência que fira os direitos humanos e a saúde da pessoa e quem estiver ao seu redor. A mulher resiste e vem resistido através do movimento feminista, que tem por objetivo nas suas bandeiras de lutas, combater a

desigualdade entre os gêneros.

Diante disso, faz-se essencial o olhar crítico do profissional, para desenvolver um trabalho efetivo e integrado, com a possibilidade de enxergar a totalidade que há por trás da demanda da usuária, como expressão da questão social, para assim desenvolver a mediação e ação profissional através de seus saberes e experiência que resulta na intersetorialidade.

Importante destacar que a **Política de Assistência Social** possui papel fundamental no atendimento, por meio dos **Cras**, à mulher violentada, aparelho da proteção básica. Em muitas vezes tem se caracterizado como porta de entrada para os primeiros encaminhamentos para a mulher vítima de violência, em que os trabalhos desenvolvidos pela equipe multiprofissional do Cras tem a finalidade de empoderar e fortalecer essas mulheres para que elas possam romper com o ciclo de violência no qual estão inseridas.

A viabilização do acesso em Programas de Transferências de Renda e de qualificação profissional representa os primeiros passos para que essas mulheres reergam sua autoestima e conquistem sua autonomia, pois a submissão a uma situação de violência acontece pela vulnerabilidade, falta da autonomia econômica e social, que sujeitam as mulheres e os seus filhos a viverem sob domínio do agressor.

Dentro das experiências vividas vemos que o Cras exerce papel fundamental na vida dessas mulheres, em razão de que além do atendimento imediato e encaminhamento para os serviços necessários, a equipe multiprofissional, a partir do território que se encontra, deve buscar conhecer as particularidades e necessidades básicas apresentadas pelas vítimas e suas famílias, a exemplo da alimentação, moradia, vagas em creches para os filhos, entre outras.

Portanto, diante do estudo e vivências no ambiente de estágio, vê-se de forma urgente um fortalecimento no campo da intersetorialidade, uma vez que no Cras do bairro Cristo Redentor, não há contrarreferência entre as intuições, causando assim uma desarticulação que implica uma (des)proteção social para as usuárias vítimas de violência, sem um efetivo acompanhamento, enquanto sujeitos de direitos sociais e de cidadania.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. In: **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 14, out. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742. **Lei Orgânica da Assistência Social** (Loas). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: Gráfica e Editora Brasil Ltda., 2011.

COSTA, Jurandir Freire. Homens e mulheres. In: COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. São Paulo: Graal, 1979.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 6. ed. Campinas: Papiрус, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Org.). **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 293-313.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Les paradigmes sociologiques à l'épreuve des catégories de sexe: quel renouvellement de l'épistémologie du travail?. In: DURAND J. P.; LINHART, D. **Les ressorts de la mobilisation au travail**. Paris: Octarès, 2005. p. 263-272.

PEDRO, Cláudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS. 1., GT 2. Gênero e Movimentos Sociais, 2010, Paraná. **Anais [...]**. Paraná: Universidade Estadual de Londrina, jun. 2010. p. 10. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2018.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude nos anos 90. In: BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998.

SANTOS. Eva Teresinha dos. **O acolhimento como um processo de intervenção do Serviço Social junto a mulheres em situação de violência**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/118478/286865.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 abr. 2018.

SARTI, Cynthia Andersen. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA (Latin American Studies Association), 21., 1998, São Paulo. **Anais [...]**. The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, set. 1998. p. 12. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2018.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar **Feminismo no Brasil atual e atuante**. Disponível em: <http://brasileiros.com.br/2010/06/feminismo-no-brasil-atual-e-atuante/>. Acesso em: 6 abr. 2018.

SILVA, Emanuel Luiz Pereira da; WANDERLEY, Mariangela Belfiore; CONSERVA, Marinalva de Sousa. Proteção social e território na pesca artesanal do litoral paraibano. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 117, p. 169-190, jan./mar. 2014.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/Unesco, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf. Acesso em: 7 abr. 2018.

UMANSKY, Ellen. Feminism and the Reevaluation of Women's Role Within American Jewish Life. In: HADDAD, Y. Y.; FINDLY, E. B. (ed.). **Women, religion and social change**. Albany: State University of New York Press, 1985, p. 477-494. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=7JBFAgAAQB-AJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 8 abr. 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Chile 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 12

Clássico 2, 5, 248

Constitucional 6, 12, 33, 39, 44, 47, 51, 52, 53, 57, 81, 93, 95, 108, 125, 126, 127, 130, 132, 133, 136, 137, 168, 176, 179, 188, 189, 193, 246, 251, 254, 256, 260, 261, 298, 303, 320

Contemporâneo 2, 5, 124, 159, 207, 308, 314, 317

Contempt of Court 5, 6, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31

D

Delação Premiada 5, 7, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 137

Dignidade da Pessoa Humana 5, 8, 15, 81, 82, 92, 93, 104, 153, 189, 190, 192, 193, 215, 218, 242, 243, 244, 245, 247, 254, 255, 257, 259

Direito 2, 5, 6, 8, 13, 14, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 35, 40, 41, 43, 48, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 68, 77, 78, 86, 91, 92, 93, 95, 101, 102, 103, 104, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 145, 149, 150, 152, 153, 158, 161, 162, 163, 164, 168, 170, 171, 172, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 199, 201, 202, 203, 204, 208, 211, 214, 215, 230, 231, 241, 246, 247, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 267, 278, 279, 281, 282, 290, 291, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 310, 313, 315, 316, 317, 320

E

Educação 5, 9, 56, 68, 80, 81, 85, 89, 153, 165, 167, 168, 169, 171, 175, 194, 203, 206, 210, 215, 220, 274, 281, 306, 307, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320

Espiritualidade 8, 262, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 273, 274

Eutanásia 5, 8, 242, 243, 244, 245, 246

G

Grupos vulneráveis 5, 199

I

Idoso 5, 6, 79, 80, 81, 82, 91, 256

Imposto 5, 6, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 256, 309

Inexigibilidade 6, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43

Inspecção Industrial e Sanitária 5, 105, 107, 120

L

Lavagem de capitais 5, 7, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Licitação 5, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43

M

Marginalização 5, 7, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 199

Medicina Legal 5, 9, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 287, 288, 289

Meio Ambiente 5, 20, 21, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 102, 103, 104, 111, 124, 320

Mulher 5, 8, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 222, 223, 224, 228, 229, 231, 238, 276, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288

N

Núcleo familiar 8, 188, 194, 195, 199, 200, 201

O

Objecção Religiosa 8, 247, 248

Ocupação 5, 6, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 109

P

Planejamento Urbano 6, 61, 66, 78

Positivismo 9, 290, 291, 292, 298, 302, 303, 304

Presunção de Inocência 7, 125, 127, 130, 131, 133, 134, 135

S

Separação dos poderes 5, 9, 290, 291, 292, 298, 300, 301, 302, 303, 305

Sistema prisional brasileiro 5, 7, 177, 180, 181, 183, 184, 185, 187

Superendividamento 5, 6, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91

T

Transusão de sangue 8, 247, 248, 249, 250, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261

Tribunal Penal Internacional 6, 13, 17, 18, 19, 20, 23

U

Uso progressivo da força 5, 150, 152, 154, 157, 162

V

Violência 5, 8, 151, 164, 167, 168, 169, 170, 175, 176, 178, 180, 182, 184, 185, 186, 187, 191, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 275, 276, 285

O **Direito** na Transição do **Clássico** para o **Contemporâneo**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 




Atena
Editora
Ano 2021

O **Direito** na Transição do **Clássico** para o **Contemporâneo**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



 **Atena**
Editora
Ano 2021